

# Educação e democracia

A entrevista concedida por Alain Finkielkraut a Marco Aurélio Garcia (publicada no *Caderno 2* de sábado último) não receberá elogios entusiasmados de boa parte dos leitores. Afinal, é preciso humildade para concordar com as críticas que o professor de letras modernas faz aos intelectuais e àqueles que, dizendo-se democratas, timbram em juntar-se aos que cantam em prosa e verso as “virtudes” da sociedade de massas e, mais do que isso, exaltam o caráter democrático da chamada “cultura de massas”. A crítica de Finkielkraut é mais profunda do que parece à primeira vista. Não se está diante de mera reflexão destemperada sobre a pobreza artística e intelectual de muitos “produtos” da chamada “cultura de massa”, hoje conhecidos como “bens” da “indústria cultural”. Na realidade, o que há por detrás da carga desse intelectual contra seus colegas de *métier* é o receio de que o sentido recente que se empresta à palavra *individualismo* acabe por emancipar totalmente o indivíduo da coletividade, produzindo seres que não guardam relação alguma com seus semelhantes, na busca irrefletida, dir-se-ia instintiva, de alcançar cada vez maior autonomia e poder diante dos demais.

É importante ressaltar que Finkielkraut não é um admirador da “coletividade” no sentido em que os alemães cultivaram a palavra “comunidade”. Em outras palavras, nada permite vê-lo como um cultor daquilo que ele mesmo chama de “contra-revolução”, movimento romântico que se originou na Alemanha em oposição às idéias da Revolução Francesa. Esse movimento criou, como é sabido, afora a Escola Histórica do Direito (não revolucionária, quando não anti-revolucionária, a expressão *Volksgeist* (o espírito do povo); no afã de demonstrar que as idéias do Iluminismo — que de uma maneira ou de outra haviam inspirado a Revolução Francesa (regicida, deísta e anticlerical, além de ser *nacionalista* em última instância, como o prova a carga de infantaria em Valmy, aos gritos de *Vive la Nation!*) — não encontravam fundamento na realidade concreta das diferentes comunidades, cuja especificidade e cuja história era preciso respeitar. O Iluminismo — ao qual Finkielkraut faz questão de filiar-se ainda hoje, passados cerca de três séculos — pretendia o contrário disso: era

um movimento universalizador, em que o indivíduo se identificava com o outro não pelo fato de ser membro da mesma comunidade, mas por ser educado e saber usar a razão argumentativa na descoberta das leis universais da Natureza e das que conduziriam ao progresso.

A profissão de fé iluminista do professor Finkielkraut faz desaparecer a possibilidade de sua crítica à “cultura de massa” e à busca de autonomia por parte dos indivíduos ser entendida como conservadora. De certo ponto de vista, o que se percebe nele — colocada em termos *revolucionários* — é a nostalgia daqueles tempos em que predominavam e davam o tom, os “excelentes”, os que sabiam que a cultura deveria ser tomada no sentido em que se deve entender Pico de la Mirandola, que fazia questão de estar atento a tudo o que dissesse respeito ao ser humano, tendo para isso cunhado a divisa *De omni re scibili* (de todas as coisas que se podem saber). Essa preocupação dos “excelentes” pelas coisas da arte e da cultura (sabida universal e não particular) construiu, em seu declínio, o clima da *belle époque*, da mesma maneira que a exacerbação do *Volksgeist* e o triunfo da autonomia individual não referida a valor coletivo algum estabelecido pela razão argumentativa, acabou produzindo a cultura de Weimar.

Ora, essa passagem *en masse* do Iluminismo para o tradicionalismo contra-revolucionário da escola romântica, que nos legou a noção de “espírito da cultura”, não poderia deixar de afetar a política. Afinal, por mais que nos recusemos a aceitar a evidência das coisas, não se pode negar que só podemos agir dentro dos quadros referenciais daquilo que falamos. A “cultura de massa” — que é o triunfo do “espírito” dos que se recusam a aceitar a razão argumentativa como medida — altera o sentido das palavras, especialmente confere estatuto de nobreza a tudo aquilo que é plebeu, pelo simples fato de ser popular, no fundo, rústico e plebeu. O *bem* e o *mal*, assim, deixaram de ser as categorias fundamentais a reger o comportamento, pelo simples fato de que passaram a ser traduzidos por *bom* e *mau* — e na ausência de qualquer critério para saber o que é bom para todos, adotou-se o princípio de que é bom aquilo que a maioria aceita. Com isso, confundiu-se democra-

cia com vulgaridade e autonomia plena. O resultado foi que a democracia, para ser *boa*, tem de necessariamente ser vulgar, além de consagrar a absoluta falta de respeito pela ordem jurídica e pela hierarquia das leis, em primeiro lugar.

Foi essa vulgarização da cultura — e a crítica de Finkielkraut ao papel negativo desempenhado pelas ciências sociais ao transformar o conceito de cultura em algo distinto do que fora no Iluminismo, aceitando a provocação da contra-revolução do *Volksgeist*, é sutil e precisa — que permitiu aos governos criarem ministérios da cultura. Se na França, possivelmente por tudo isso, as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa terminem no fasto e no *kitsch*, no Brasil, 500 anos atrasado, os ministérios da cultura acabaram por preocupar-se não com a educação dos cidadãos (condição iluminista da democracia possível), mas com as minorias, com os particularismos, e com a broa — sempre de milho em Minas, mas mesmo assim um ministro mineiro da Cultura proclamou-se defensor da “broa de milho” talvez por não ignorar que já ninguém mais sabe coisa alguma no Brasil.

Ora, se a democracia só é possível onde há cidadãos educados (no sentido alto e “excelente” do Iluminismo) como ter esperanças no futuro, se sabemos que no corpo eleitoral brasileiro há uma proporção acima do razoável de pessoas que não sabem ler nem entender o que está escrito e mal conseguem balbuciar?

Na crise política que o Brasil atravessa, é sumamente importante ter presente a lição de Alain Finkielkraut: “A democracia deve ser defendida, mas, segundo os ideais do Iluminismo — ela deve ser acompanhada da educação dos cidadãos”. Foi isso que esta Casa sempre defendeu e levou à prática; nos anos 30, com a extensão do ensino ginasial público e a criação da Faculdade de Filosofia. Infelizmente, a “cultura de massas” e a “democracia de massas” acabaram por fazer triunfar o populismo e a demagogia rastaqueras, que liquidaram o projeto de Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira. Até quando a democracia formal, que restou, resistirá ao assalto dos que não foram, não são e possivelmente não serão educados segundo os princípios da Razão?